



**Câmara Municipal de
BEBERIBE**

www.cmbeberibe.ce.gov.br

Rua Maria Calado, s/n | Centro | Beberibe/CE
CEP.: 62.840-000
Fone/Fax: (85) 338.1022 / 338.1045
CNPJ n. 73.525.198/0001-09
E-Mail: contato@cmbeberibe.ce.gov.br

Página 1 de 3

PROJETO DE LEI N. **025** /2015

Institui o Programa de Capacitação da Linguagem de Libras para os professores e profissionais da Educação do Município de Beberibe na forma que indica e dá outras providências.

A CÂMARA MUNICIPAL DE BEBERIBE APROVA:

Art. 1º Fica instituído o Programa de Capacitação da Linguagem Brasileira de Sinais (LIBRAS) para os professores e profissionais da Educação no Município de Beberibe.

Art. 2º O Programa de que trata esta Lei promoverá a capacitação dos professores, coordenadores, diretores e demais profissionais da Educação do Município para a linguagem de Libras, promovendo a inclusão social dos alunos com deficiência auditiva e na fala.

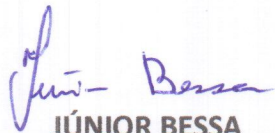
Art. 3º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a promover convênios com outros entes federados e/ou instituições privadas a fim de garantir a execução desta Lei.

Art. 4º Esta lei será regulamentada pela chefe do Poder Executivo Municipal de Beberibe no prazo máximo de 90 (noventa) dias.

Art. 5º As despesas decorrentes da execução desta lei correrão à conta de recursos próprios, suplementados se necessário.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

DEPARTAMENTO LEGISLATIVO DA CÂMARA MUNICIPAL DE BEBERIBE, EM 03 DE SETEMBRO DE 2015.


JÚNIOR BESSA

Vereador de Beberibe



JUSTIFICATIVA

Deve-se pensar em uma preparação para os profissionais para incluir crianças com necessidades especiais no ensino fundamental, pois nesse processo, o educador irá estar diretamente interligado com esses alunos favorecendo o desenvolvimento das habilidades para a prática pedagógica, com o auxílio de um programa assistencial infantil, que atende essas crianças, que obrigatoriamente deve estar presente na escola.

Quando ocorre o preconceito da sociedade quanto ao deficiente auditivo, é preciso que haja educadores qualificados e ambiente adequado para o atendimento aos alunos amenizando essa problemática que só alcançará seu objetivo quando todas as pessoas tiverem acesso à informação e conhecimento necessário para a formação de sua cidadania.

A inclusão do deficiente auditivo deve ser integral, acima de tudo, digna de respeito e direito a educação com qualidade atendendo aos interesses individuais e nos grupos sociais. A

educação especial passa por uma transformação em termos da sua concepção e diretrizes legais. É preciso estabelecer um plano de ação político-pedagógico que envolva a inclusão das pessoas portadoras de necessidades especiais. Faz-se necessário lembrar que a Educação Especial delineia um processo de construção e compreensão de posicionamentos quanto às orientações e diretrizes atuais.

Com o processo de inclusão dos portadores de necessidades educacionais especiais no ensino fundamental, devemos levar em consideração que as mudanças são frequentes, principalmente quando consideramos que toda a nossa tradição histórica tem sido preconceituosa e discriminativa. Quanto a isso, os profissionais sabem que existe uma grande preocupação no rendimento escolar, por isso, o educador deve estar preparado para lidar com situações constrangedoras, pois terá contato com diferentes tipos de alunos.

Há ainda, uma grande preocupação quanto a participação dos pais na escola, pois são poucos os que são presente na educação escolar. Os mesmos, muitas vezes desconhecem a LIBRAS, pois utilizam gestos que são reproduzidos naturalmente. Pensar a escola possibilitará os profissionais estudar várias outras formas sociais - pedagógicas para



**Câmara Municipal de
BEBERIBE**

www.cmbeberibe.ce.gov.br

Rua Maria Calado, s/n | Centro | Beberibe/CE
CEP.: 62.840-000
Fone/Fax: (85) 338.1022 / 338.1045
CNPJ n. 73.525.198/0001-09
E-Mail: contato@cmbeberibe.ce.gov.br

Página 3 de 3

que o pensamento da escola passe a ver o sujeito como um ser de produção de sentidos, valores e identidades.

Assim, a ação didática em um processo gradual e dinâmico assumiria formas distintas e de acordo com as necessidades e características de cada aluno, torna-se relevante e prioritário qualificar os profissionais da Educação, considerando que estes são os profissionais 4 Coordenação de Comissões Permanentes responsáveis pela aprendizagem dos educandos e, conseqüentemente pelo desenvolvimento dos mesmos para usufruírem dos direitos de cidadania.

Neste sentido, solicito o apoio dos nobres pares para a aprovação da presente proposta.

DEPARTAMENTO LEGISLATIVO DA CÂMARA MUNICIPAL DE BEBERIBE, EM 03 DE SETEMBRO DE 2015.

JÚNIOR BESSA
Vereador de Beberibe